

O trabalho associativo e suas dificuldades gerenciais para as mães das famílias da APAE

The associative work and their managerial difficulties for mothers of families of special people

Luis André Aragão Frota¹, Joannes Paulus Silva Forte²

¹Universidade Estadual do Ceará, Av. Dedé Brasil, 1700, Itaperi, Fortaleza - Ceará, 60740000, Brasil

²Universidade Estadual Vale do Acaraú, Av. da Universidade, 850, Campus da Betânia, Sobral – Ceará, 62040370, Brasil.

Resumo: Este trabalho objetiva analisar a repercussão da criação da Associação Beneficente das Famílias Especiais na vida de suas associadas especialmente como elas veem seu trabalho como membros desse empreendimento. Analisamos as relações de trabalho e o processo produtivo dentro desta associação. Foi também revisto a origem da economia solidária e seus principais aspectos sociais, econômicos, e discutido a promoção da pessoa humana dentro deste contexto social. A partir das observações empíricas e das entrevistas semiestruturadas, percebeu-se que as mudanças ocorreram principalmente na forma como as associadas se relacionam com o mundo, e como se comportam frente às dificuldades da vida.

Palavras-chave: Economia Solidária, Gestão Associativista, Famílias Especiais

Abstract: This paper aims to analyze the impact of the creation of the Welfare Association of Family Special in the life of its members especially as they come from their work as members of this venture. We examine the relationship of work and productive process within this association. It also reviewed the origin of the social economy and its major social, economic, and managerial difficulties discussed within this social context. From empirical observations and semi-structured interviews, it was noted that the changes occurred mainly in the form attached as they relate to the world, and how they behave in the face of life's difficulties.

Key-Words: Solidarity Economy, Management associative, Special Families.

Texto completo em português: <http://www.apgs.ufv.br>
Full text in Portuguese: <http://www.apgs.ufv.br>

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa social sobre o trabalho de mulheres que integram um “empreendimento socioeconômico associativista” chamado Associação Beneficente das Famílias Especiais (ABFE), que se localiza na cidade de Sobral - CE, a 225 km da capital do estado.

Segundo Oliveira (2003) “Um empreendimento socioeconômico (associativista, autogestionário) e solidário (EES) corresponde à idealidade, enquanto um empreendimento socioeconômico associativista (EEA) refere-se à concretude em que será observada a existência de práticas de solidarismo”. O autor afirma que quanto mais práticas autogestionárias e solidárias forem observadas em um EEA, mais próximo esse empreendimento estará de um EES, o ideal. (Oliveira, p. 335).

Alguns estudos empíricos já mostram a influência da economia solidária na inclusão social de pessoas com deficiência (e.g. Carreta, 2005; Ghirardi, 2004; Lussi & Pereira, 2010), porém não é discutido a respeito da influência deste tipo de organização econômica na vida das mães dessas pessoas, que muitas vezes são pobres e as únicas responsáveis pela manutenção familiar.

Este trabalho, de natureza qualitativa, fenomenológica-hermenêutica, busca preencher essa lacuna ao

analisar a repercussão que a criação da Associação Beneficente das Famílias Especiais trouxe na vida de suas associadas especialmente na forma como elas veem seu trabalho como membros de tal empreendimento.

Segundo Vergara (2005), os “estudos amparados pelo método de pesquisa fenomenológico-hermenêutico buscam o resgate dos significados atribuídos pelos sujeitos ao fenômeno sob investigação” (p. 84). Assim, neste artigo foram analisadas as relações de trabalho e o processo produtivo presentes no referido empreendimento, na busca de saber como as associadas se relacionam entre si, o que elas pensam a respeito de seu trabalho e qual o seu ponto de vista sobre a sua condição socioeconômica antes e depois da associação.

A elaboração deste artigo ocorreu a partir de observações não participante (Alencar, 2009) de fatos do dia-a-dia das 20 trabalhadoras associadas e entrevistas semiestruturadas durante o ano de 2011, o que deixavam as entrevistadas livres para manifestar suas opiniões, seus pontos de vistas e argumentos com a intervenção do pesquisador no sentido de estimular o aprofundamento das respostas, no entanto sem induzi-las (Alencar, 2009).



Neste trabalho, foi tomado o cuidado de trocar o nome das associadas entrevistadas para garantir a privacidade das mesmas.

A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DAS FAMÍLIAS ESPECIAIS – ABFE E O TRABALHO ASSOCIATIVO

Essa associação surgiu como proposta de superação da situação de vulnerabilidade social de algumas mães associadas da APAE, em Sobral, que não possuíam trabalho e nem renda para o sustento de sua família.

A ABFE surgiu, então, da ideia de proporcionar às mães das crianças com deficiência, sócias da APAE e que não possuem trabalho, uma ocupação que, em princípio, tinha um caráter terapêutico, pois visava, especialmente, proporcionar o bem estar psíquico e social das mulheres participantes. Para entender melhor o vínculo entre a ABFE e a APAE, é necessário fazer uma contextualização a respeito da APAE de Sobral e da origem da ABFE.

A APAE de Sobral atende pessoas com deficiência, de todas as idades, de ambos os sexos, de diferentes classes sociais, residentes além da sede do município, em outras cidades da região Norte do Estado do Ceará, como Meruoca, Alcântaras, Massapê etc. e oferece transporte para buscar seus alunos em suas residências.

As mães que acompanham seus filhos até a APAE de Sobral deixam as crianças estudando e ficam esperando o horário do transporte que as levará de volta para suas residências. Nesse tempo, elas ficam ociosas, pois não possuem nenhum trabalho.

Em conversa com uma funcionária da APAE de Sobral, ela falou que muitas vezes essas mães, por estarem ociosas, interferiam nos trabalhos da equipe técnica, chegando até mesmo a fazer algum dos serviços que era de competência das funcionárias da APAE como banhar as crianças e acalentá-las no momento de choro.

Para aproveitar o tempo das mães que esperam por seus filhos, e que “atrapalhavam” o trabalho dos profissionais da APAE de Sobral, a sua presidenta, junto com a sua equipe técnica e pedagógica, propôs a realização de cursos que serviriam de “terapia” no período em que as crianças estavam em aula.

O “sonho” da então presidenta da APAE era montar uma cooperativa, mas foi aconselhada pelos instrutores dos próprios cursos a começar por uma associação.

Na área da alimentação, foram criados cursos de produção de salgadinhos e doces, além do curso de produção de biscoitos, atividade da qual as mulheres mais gostaram.

Então, em 2009, foi criada a APFE que, em 2011, deu lugar à Associação Beneficente das Famílias Especiais (ABFE), devida à necessidade de concorrer a novos projetos sociais que exigiam uma reformulação do estatuto social e, conseqüentemente um nome mais adequado ao caráter filantrópico da entidade.

Como alternativa às mães “ociosas”, e com certas características de mercado, a exemplo da qualificação para o trabalho e para a produção, a proposta de organização do trabalho das mães da então APFE (atual ABFE), realizada

pelos técnicos da APAE, em 2008, aproxima-se da proposta do movimento que, no Brasil, tem sido chamado de “economia solidária”. A “outra economia”, como também é denominado o movimento da economia solidária, é uma forma de organização do processo de trabalho, de produção, distribuição e consumo baseada nos princípios da associação, da cooperação, da igualdade, da democracia e da sustentabilidade socioambiental que difere do modo de organização do sistema socioeconômico capitalista, pautado no individualismo, na competição e na subordinação do trabalho ao capital.

Destarte, para apresentar os achados da pesquisa, a partir da análise empírica da ABFE, faz-se necessário conhecer um pouco a respeito da economia solidária no capitalismo moderno.

A ECONOMIA SOLIDÁRIA: ORIGEM E PRINCIPAIS ASPECTOS

A economia solidária, segundo Singer (2002) traz suas raízes ligadas ao surgimento do cooperativismo em 1844 quando um grupo de 28 tecelões funda, no condado de Rochdale, um importante centro têxtil do norte da Inglaterra, a famosa cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale (*Rochdale Society of Equitable Pioneers*, em Inglês). Segundo o autor, esses tecelões adotaram uma série de princípios, “provavelmente sintetizados de numerosas experiências cooperativas relativamente independentes” (p. 40), eram “princípios de produção e métodos ou regras de operação que evidenciavam a intenção de restabelecer a inteireza do ato produtivo humano” (Garcia, 1981, p.39). O que tornou esse empreendimento famoso (Singer, 2002; Garcia, 1981) foi justamente a unificação desses princípios, que já eram institucionalizados informalmente, presentes em outras experiências de trabalhadores na época.

Para Singer (2002, p.18) a principal diferença entre as empresas tradicionais capitalistas e as empresas da economia solidária é a forma como elas são administradas, onde nas primeiras, se aplica a heterogestão, “a administração hierárquica, formada por níveis sucessivos de autoridade” enquanto que nas últimas se pratica a autogestão e as empresas são administradas democraticamente, onde a autoridade maior é a assembleia de todos os sócios, que deve adotar as diretrizes a serem cumpridas pelos níveis intermediários e altos da administração conceituada como participação direta dos trabalhadores no comando da empresa.

Nesse aspecto, vemos que a participação dos sócios nas tomadas de decisões é fundamental para a organização de um empreendimento econômico solidário. Motta (1984, p.03) afirma que “frequentemente é difícil avaliar até que ponto as pessoas efetivamente participam na tomada e na implementação das decisões que dizem respeito à coletividade e até que ponto são manipuladas”, e defende que uma das formas de minimizar a coercitividade da administração é a participação, distanciada da manipulação.

A opressão de pessoas, ainda segundo o autor (Motta, 1984, p.02) é diferente da exploração, “a primeira categoria é política, enquanto a segunda é econômica. Mesmo que os administrados

não estejam sendo explorados, ainda assim podem estar sendo oprimidos”. Para que não haja opressão, segundo Freire (2001, p.26) implica que os indivíduos “assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo”, através da ação e reflexão de suas práticas buscando uma transformação social. E para que não haja exploração, por sua vez, requer que o trabalhador assuma o controle de sua força de produção (Marx, Engels, 1998). O que se pode perceber é que, em seu aspecto autogestionário, a economia solidária procura livrar as pessoas tanto da opressão política como da exploração econômica causada pelo capital.

Segundo Singer (2002), outro aspecto importante e característico dos empreendimentos econômicos solidários é a inclusão social, uma vez que possibilita o (re)ingresso de trabalhadores, antes desempregados ou até mesmo os inempregáveis - pessoa que ficou muito tempo sem trabalho ou foi despedido tantas vezes que nenhuma empresa quer mais contratá-lo - de volta ao mercado de trabalho podendo o mesmo gerar novamente renda para o sustento de sua família escapando da pobreza.

Outro ponto importante a ser destacado é quanto ao lucro dentro dos empreendimentos econômicos solidários, o que também os diferencia das empresas capitalistas convencionais, os mesmos, caso existam, devem ser repartidos segundo critérios regidos no estatuto social, seguindo princípios de repartição justa como visto em Singer (2002, p.12) que diz que “na empresa solidária, os sócios não recebem salário, mas *retirada*, que varia conforme a receita obtida. Os sócios decidem em assembleia, se as retiradas devem ser iguais ou diferenciadas”. Ainda segundo o autor, depois de serem encaminhadas aos fundos (de educação ou investimento, por exemplo), “o que resta é distribuído em dinheiro aos sócios por algum critério aprovado pela maioria: por igual, pelo tamanho da retirada, pela contribuição dada à cooperativa etc.” (Op. Cit., p. 14).

O PROCESSO DE TRABALHO NA ABFE

A fabricação dos biscoitos começa com a mistura dos ingredientes dentro de uma batadeira industrial, adquirida pelas associadas através de um projeto social financiado pela empresa do Governo Federal, a Petrobras, que doou, além do maquinário, matéria prima e pagamento do aluguel do imóvel por um período de um ano. O projeto teve início no ano de 2009 e foi o que deu força e ânimo para que elas se organizassem e formalizassem a associação.

Quando a massa, resultante da mistura de ingredientes, sai da batadeira, ela vai para cima de uma mesa de fórmica onde é estirada, e cada uma das associadas, de posse das “formas”, modela os biscoitos.

Nesse momento, as associadas interagem e trocam conversas a respeito de suas vidas. Parece ser nessa situação que esquecem os problemas pessoais e domésticos, quando os laços afetivos entre elas são fortalecidos, como visto nas falas de d. Jasmim e de d. Margarida, transcritas a seguir:

Porque eu venho pra cá e me sinto mais assim, bem. Converso com elas que estão aqui, né? Se eu ver que estou em casa estressada, quando eu chego aqui pronto! Passa tudo. Eu converso com elas, elas me animam e tudo (d. Jasmim) (sic).

Quando eu chego aqui, e encontro as amigas, sei lá eu desabafava. Eu converso. Quer dizer, aqui é tudo, porque lá

em casa é só eu e minha filha, e não saio. Só saio se for com a minha filha (d. Margarida) (sic).

Enquanto modelam os biscoitos, fortalecem as amizades, discutem assuntos, trocam confidências e resolvem problemas pessoais e, também, de cunho profissional e organizativo da associação. É também o local onde surgem e se resolvem os conflitos internos mais simples.

É no momento da produção ocorre a identificação das associadas com o grupo e com a organização associativa do empreendimento. As discussões a respeito da vida de cada uma, não entram no mérito apenas do que se comumente conhece por “fofoca”, mas transcende a superficialidade da mera vontade de saber da vida alheia, para a sensibilização com o problema enfrentado pela amiga em um processo de solidariedade mútua.

Depois de a massa modelada ser posta em uma grande bandeja, a mesma vai para um forno, também industrial. Após assar, o biscoito é embalado e posto à venda.

A comercialização é feita no próprio estabelecimento ou de porta em porta com uma das associadas que, em todos os dias, sai pelas ruas de Sobral para vender o produto no Centro e demais bairros da cidade.

Todo o apurado com as vendas é, no final do mês, depositado em uma conta bancária da própria associação ficando um percentual a ser dividido em partes iguais entre as associadas. Para tanto existe um livro que registra a frequência delas que fica sob a responsabilidade da secretária.

Ballesteros e Del Rio (2005, pp.56-60) falam que a divisão vista dentro de um empreendimento da economia solidária deve ser pautada em princípios de igualdade, princípios democráticos onde todos participem do processo de decisão quanto à divisão do excedente financeiro. Para eles, o ideal é que as empresas solidárias não visem “à obtenção de lucros, mas a promoção humana e social” e complementam dizendo que:

as consequências mais evidentes desta desumanização da economia são: o incremento da pobreza e das desigualdades sociais, especialmente para o gênero feminino, a exclusão social e econômica, o desemprego e a precariedade no emprego.

A divisão dos excedentes financeiros, segundo o princípio da igualdade, busca então desenvolver divisão do trabalho de forma “igualmente rentável”. A rentabilidade, ainda conforme Ballesteros e Del Rio (2005, p.55), “de uma maneira integral e não apenas financeira, quer dizer, rentabilidade econômica, social, cultural, ambiental e de saúde”.

A respeito deste assunto, Singer (2006, p.12) fala:

Há empresas em que a maioria opta pela igualdade das retiradas por uma questão de princípios ou então porque os trabalhos que executam são idênticos, ou quase. Mas a maioria das empresas solidárias adota certa desigualdade das retiradas, que acompanha o escalonamento vigente nas empresas capitalistas, mas com diferenças muito menores, particularmente entre trabalho mental e manual. Muitas empresas solidárias fixam limites máximos entre a menos e a maior retirada.

O que diferenciará, nesse aspecto, uma empresa capitalista de uma solidária é a forma como a repartição dos excedentes é decidida. Nessas últimas, o escalonamento das retiradas é

decidido pelos sócios. Assim, como todas as decisões, as financeiras são decididas dentro de assembléias gerais.

O princípio da igualdade busca tratar os iguais de maneira igual e os desiguais de maneira desigual. Assim, pode-se explicar o porquê de haver alguns empreendimentos nos quais existe a diferença entre as “retiradas” (*pro-labores*) dos trabalhadores sem fugir do referido princípio, podendo cada associado trabalhar de acordo com a sua capacidade e de acordo com sua necessidade. Na ABFE, ficou decidido entre as associadas que os excedentes serão divididos conforme a presença diária. Caso a associada falte um dia, receberá diferente daquela que trabalhou todos os dias. Ou seja, quem trabalhar mais, retira mais; quem trabalhar menos, retira menos.

Para as associadas entrevistadas, a forma de divisão é justa e segue o princípio da igualdade, exposto anteriormente. Nas palavras de d. Rosa:

Eu acho justa a partilha do dinheiro aqui na ABFE, quando se pergunta se a partilha do dinheiro é em partes iguais, é em partes iguais. Por que é em partes iguais? Porque é partido igual, só que elas acham diferente devido uns trabalharem mais e outros menos, claro que vai dar diferente, não é que seja desigual, e sim é partilhas igual, se eu trabalho manhã e tarde, eu tenho ganhar igual quem trabalhou duas horas, não mas a hora é o mesmo tanto, a minha hora é o mesmo tanto. Não é hora? Eu trabalhei oito horas, o outro só trabalhou uma hora, mas foi partido igual, porque ela trabalhou só uma hora, mas ela ganhou igual a mim, aquela hora que ela trabalhou, aqui o dinheiro é justo (sic).

O sentimento de justiça na divisão do dinheiro é manifestado também por d. Hortência. Para ela:

É justo, como é feito é justo porque aqui tem pessoas que vem um dia, dois, tem outras que vem a semana inteira, tem uma que vem de manhã e tarde, então tem que ser feito como vem sendo feito, cada qual ganha de acordo com o que trabalhou (sic).

Para d. Jasmim a opinião a respeito da divisão é igual a de suas colegas, o que pode ser percebido na sua fala: “Não é justo uma vir mais e a outra vir menos e as duas ganharem o mesmo tanto”.

Percebe-se então uma concordância entre as entrevistadas quanto à partilha do dinheiro, pois nenhuma delas se sentem, nesse ponto de vista, injustiçada ou explorada, mostrando a diferença da ABFE, nesse aspecto, das empresas capitalistas tradicionais.

Todas as informações financeiras, de vendas e de produção se encontram na secretaria. É basicamente neste setor que a parte administrativa da ABFE acontece.

Na secretaria, em um simples birô na sala, onde fica o balcão-vitrine, uma associada faz todo o trabalho administrativo de registro de presença das demais associadas, do controle de produção e de vendas e realiza o pagamento de cada uma por produção.

Na hora do pagamento, cada associada senta ao birô e a secretária faz as contas explicando o porquê daquele valor frente ao que foi produzido e à participação da associada na produção.

A diretoria da ABFE não recebe remuneração pelos trabalhos administrativos. Cada associada membro da diretoria recebe igual

às outras associadas, exclusivamente mediante o seu trabalho na produção e na venda dos biscoitos.

A ABFE guarda 60% do arrecadado em uma conta para segurança financeira do grupo, caso aconteça algum imprevisto no futuro, os outros 40% são divididos entre elas.

Eu acho justa a divisão do dinheiro, porque a gente tem que guardar mesmo, aqui a gente ganha 40% da venda, é justo guardar os outros 60, porque se a gente fosse dividir todo, a gente não ia ter dinheiro para nada aqui [...] vem de uma por uma, a gente chama, elas estão trabalhando, aí a gente chama e ela vem receber o dinheiro e assina a folha, ninguém reclama, todas entendem, assim, antes era anotado aqui as faltas, agora, se a pessoa sai antes da hora, eu conto cada hora que a pessoa saiu aí eu vou juntando, então, quando eu faço tudinho, ali, eu diminuo pela aquela quantidade de hora que a pessoa faltou, aí se der um dia eu boto uma falta (sic) (d. Melissa).

A quantidade da retirada financeira por cada associada não é muito, ao contrário, é bem pouco em relação ao que se espera receber por um trabalho que, por lei, deveria ser remunerado com um salário mínimo (R\$ 545,00) por 8 horas de atividade diária numa empresa capitalista, o que ainda demonstra ser insuficiente para a manutenção de uma família composta por três pessoas.

As associadas não sobrevivem exclusivamente do que recebem da ABFE, visto a quantidade paga mensalmente. Vale incluir, neste momento, as palavras de d. Hortência para o entendimento dessa realidade:

O mais que eu já recebi aqui, do tempo que nós estamos aqui, foi 22 reais, geralmente eu ganho 10 e pouco, 12 e pouco, 13 e pouco, mas eu sei que é o que eu mereço, que é o que eu tô merecendo naquele momento, aí ajuda, não é pra gente sobreviver (sic).

Percebe-se que a quantidade recebida é bem inferior a de um salário mínimo, podendo ser essa uma das principais causas de afastamento e desligamento de algumas associadas do grupo.

Para d. Rosa:

O que eu ganho aqui me ajuda e muito, porque muita das vezes eu não tenho o dinheiro para comprar o leite da minha filha e esse dinheiro chega numa hora certa e é destinado a comprar o leite, a pagar uma água ou mesmo a luz, me ajuda, no momento que ele chega, ele chega na hora certa e me ajuda e muito, se ele fosse mais, seria melhor ainda (sic).
Pude perceber que a renda gerada pelo grupo entra apenas

como complemento para as associadas e que a manutenção de sua família se dá por outra fonte de renda. Das entrevistadas, uma é proprietária de uma pequena sorveteria na própria residência dela, outra recebe uma pensão deixada pelo esposo que faleceu e as outras recebem o benefício do governo destinado aos filhos delas.

Ao mesmo tempo em que elas reconhecem que ganham pouco dinheiro na associação, elas compreendem que existem outros valores que estão sendo mensurados como ganhos no seu trabalho.

Por outro lado, d. Rosa diz ganhar muito porque ganha a amizade e o companheirismo das colegas de trabalho. Nesse ponto é importante entrarmos um pouco na vida de d. Rosa para entendermos porque ela considera que “ganha muito”.

D. Rosa é mãe de uma menina de 8 anos que tem deficiência. Seu esposo não possui renda fixa e às vezes a ajuda nos

trabalhos da ABFE. Recentemente, d. Rosa passou por um momento bem difícil, o falecimento da mãe, uma pessoa que estava bem próxima a ela.

Para d. Rosa, o que a deixou mais forte frente a esse momento foi a presença das amigas associadas. Ela compara a sua reação com a reação de suas irmãs. Nas palavras dela:

Ontem mesmo eu perguntei a elas (as irmãs): Cadê, veio alguém, aí? Ela disse: Ah meu Deus do Céu, minha irmã, num veio ninguém. Ô tristeza grande! Pois agora eu reconheço que eu tenho amigos, as meninas, eu nem imaginava, quando dei fé foram lá em casa, ligaram pra mim, nesse momento a gente se sente reconhecida porque sempre vem uma palavra amiga, uma palavra de força, eu acho que é isso que não me deixou muito abatida como as minhas irmãs, que minhas irmãs estão de dar dó. É um momento difícil, quem passou por isso sabe (sic) (Grifo meu).

D. Hortência também passou por situações de perdas familiares bem difíceis para ela. Seu marido faleceu e, logo em seguida, também morreu o seu filho de 24 anos em um acidente de trânsito. O apoio do grupo e o fato de ter a responsabilidade de fazer parte do grupo e de comparecer ao trabalho, segundo ela, ajudou-a a sair de uma depressão.

Em suas palavras:

Eu fiquei depressiva por seis meses, eu tomei remédio para depressão por seis meses, eu não me revoltei com Deus, mas eu me revoltei com o dia, pelo meu gosto era noite, quando o dia começava a clarear eu me revoltava tanto [...] pra mim estar aqui é um trabalho, é uma responsabilidade e eu me sinto muito bem todo dia tendo que sair pra cá, por que se eu ficar em casa, se eu vivesse em casa sem ter aqui a ABFE, eu tava hoje em uma depressão (sic).

D. Melissa tem uma vida bem difícil no seu convívio familiar o que é exposto em suas palavras:

Eu sou casada, tenho dois filhos, minha filha é especial, ela é deficiente motor e a minha vida é o salário dela, eu recebo o benefício dela, assim, meu marido é alcoólatra, não me ajuda na despesa da casa, ai aqui a associação me ajuda em tudo, na terapia, me ajuda no financeiro também, assim, eu gosto de tá aqui, eu não gosto de estar em casa (sic).

As condições de suas vidas revelam mais que obstáculos pessoais a serem enfrentados. Mostram empecilhos que prejudicam o desenvolvimento do trabalho associativo na ABFE, assunto que será discutido no próximo item.

OS OBSTÁCULOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO ASSOCIATIVO DAS ASSOCIADAS

A vida das associadas, como relatada por elas, é cheia de obstáculos para a manutenção de sua promoção humana. Algumas delas possuem problemas familiares intensos. Algumas foram abandonadas pelos maridos e cuidam sozinhas de seus filhos ou são casadas com homens alcoolistas. Mas todas têm uma coisa em comum, são mães de crianças com deficiência que, por não terem com quem deixar os filhos, passam a viver “para eles”, fato percebido na fala de d. Margarida transcrito a seguir:

Moro só com a minha filha, não vivo mais com o pai dela faz 5 anos e a gente passa o dia eu e ela. E a noite um irmão meu dorme comigo. E assim, é uma vida a dois. Só que eu e minha filha, vivo do benefício dela, uma vez ou duas vezes por semana eu venho para a APAE. Não tô morando mais aqui em Sobral. Eu tô morando em Tapé, distrito de Massapê. Minha filha não anda e não fala. Então fica mais difícil vir de lá pra cá

porque é nos braços e pega ônibus, pega moto. Aí torna mais cansativo, mas é minha filha. Tenho que lutar por ela até o dia em que eu tiver força para carregar ela. (sic)

Pode-se perceber nesta fala que a associada enfrenta todos os problemas da filha sozinha, contando apenas com a ajuda pontual do irmão, que dorme em sua casa para fazer-lhes companhia durante a noite.

Além das dificuldades familiares que enfrentam, observa-se a existência de uma “desmotivação” dentro do grupo, fato observado nas falas das associadas.

Segundo elas, se dizem “desmotivadas” por terem perdido os canais de venda fixa. Assim, a “desmotivação” causada por fatores pessoais das associadas parece ser cíclica a ponto de inibir a capacidade de procurar novos canais de distribuição dos biscoitos, além de repercutir negativamente na chamada promoção humana das associadas.

Ballesteros e Del Rio (2005, p.79) contribuem para a discussão sobre a promoção humana no âmbito dos empreendimentos econômicos solidários. Sobre esse assunto, vejamos o seguinte trecho:

A propósito da promoção humana e social, deve-se questionar às pessoas sobre o significado de tal promoção. Acreditamos que esta se relaciona indiscutivelmente com o crescimento das pessoas que passa pela tomada de consciência de suas situações, das suas desigualdades e dos desafios a vencer, evitando em qualquer caso os processos assistencialistas, paternalistas, paliativos ou enganadores.

A promoção humana surge então da superação, pelas pessoas, da situação precária e marginal em que se encontram.

Assim, para que tenhamos um modelo melhor de promoção humana, as associadas deveriam receber o suficiente para a manutenção de suas famílias e estar em condições emocionais estáveis. Além disso, a ABFE teria de estabelecer novos canais de escoamento da mercadoria.

A respeito das vendas de porta em porta, d. Gardênia, a única vendedora, disse durante a entrevista concedida: “O pessoal compra muito, mas ultimamente estão comprando muito pouco” (d. Gardênia). Na venda de porta em porta, os motivos de os clientes de d. Gardênia estarem comprando pouco não puderam ser descobertos durante a entrevista com a associada. Ao ser questionada sobre como é a sua vida, ela começa a chorar, pedindo para não continuar a entrevista.

Dessa forma, existe um conjunto de fatores que contribuem para a desmotivação do grupo e conseqüentemente compromete a promoção humana das associadas, o que acaba refletindo nas vendas da ABFE.

Pude perceber que as associadas que buscam a superação das condições de vida que se encontravam, são as que estão mais envolvidas nos processos administrativos.

A não participação de todas as associadas em todos os processos da ABFE, desde a produção até as vendas, passando pelo trabalho administrativo, pode prejudicar ou ferir, neste aspecto, o princípio de igualdade proposto pela economia solidária.

A participação nas vendas e o revezamento das atividades poderiam trazer mais ânimo às associadas, pois aumentaria seu compromisso com o seu trabalho contribuindo para o estabelecimento de sua promoção humana.

DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das dificuldades apresentadas, o envolvimento das associadas com o trabalho na associação, principalmente para as que compõem a diretoria, proporcionou o contato das mesmas com o movimento da economia solidária.

Tal contato se dá através das relações que estabelecem com as instituições que compõem os espaços de formação e discussão do movimento da economia solidária no município de Sobral. As reuniões das quais comumente participam com instituições que apóiam associações, como a Companhia de Energia Elétrica do Ceará (COELCE), que recentemente as convidou para participarem da elaboração de um projeto social para aquisição de equipamentos para montar uma padaria comunitária; com Serviço Social do Comércio – SESC, de quem recebem apoio por meio de um programa de distribuição de frutas e verduras, o “Mesa Brasil”, e do SEBRAE, de quem recebem consultorias e apoio gerencial, possivelmente tenham influenciado o modo como pensam, falam e agem.

A aproximação da FASM, órgão do governo municipal interessado em intervir na realidade socioeconômica das associadas, proporcionou às mães da ABFE contatos: com políticas públicas de incentivo ao associativismo; com outros empreendimentos de economia solidária, pois d. Rosa e outras associadas participavam de feiras e ações organizadas pela prefeitura de Sobral; com estudantes e professores universitários, em palestras sobre associativismo, promovidas por universidades locais, para as quais a FASM foi convidada para apresentar seus trabalhos.

O momento de grande contato das associadas com o movimento da economia solidária foi o da participação de d. Rosa como delegada na Conferência Estadual de Economia Solidária, importante evento no contexto político nacional da economia solidária, tendo a referida associada participado com voz e voto nas decisões construídas durante o evento.

Na vida de d. Hortência houve a mudança e a ampliação de seu modo de ver o mundo, como pode ser visto em suas palavras:

Antes eu não tinha uma responsabilidade. Amanhecia o dia e eu ia cuidar de casa. Era uma coisa que eu me sentia muito inútil sem fazer nada fora de casa, e hoje eu faço. Eu sei que eu tenho a ABFE pra eu vir todo dia, e mudou tanta coisa. O modo de pensar, de agir. Eu era uma pessoa muito parada, eu não resolvia nada. Hoje eu sei resolver, o que tiver pra eu resolver, eu resolvo (sic).

A forma como as associadas vivem suas vidas e como as veem atualmente mostra a existência de um sentimento de “inclusão positiva” em diversas dimensões da vida social, que possibilita a busca da efetivação de direitos sociais. Há, inclusive, a necessidade de “resolver as coisas”, “resolver os problemas”, sentir-se capaz a partir do seu trabalho.

Percebe-se, então, que a participação das associadas na ABFE ter-lhes-ia trazido mudanças pessoais e coletivas, pois, segundo as mães, o seu trabalho na associação proporciona: 1) melhoria da sua autoestima e 2) inclusão em espaços de discussão e decisão política, pois o contato com instituições públicas e privadas, que se relacionam com a “rede” de economia solidária, a participação democrática nas decisões (tomadas em assembleias, encontros e conferências), caso da presença da ABFE na Conferência Estadual de Economia Solidária, e a reivindicação de direitos sociais possibilitariam a construção das “mães de famílias excepcionais” em trabalhadoras e cidadãs.

As ações de fomento promovidas pela COELCE, pelo SEBRAE, e pela prefeitura Municipal de Sobral favorecem o desenvolvimento da ABFE como empreendimento econômico associativista, possibilitando a construção de um espaço coletivo de geração de trabalho, renda e de participação política das associadas.

Apesar das dificuldades apontadas, nota-se que a “promoção humana” das associadas existe de fato, pois as mesmas, principalmente as envolvidas com a direção da ABFE, relataram mudanças significativas nas suas vidas, mudanças essas relacionadas à visão de mundo e à forma como se relacionam entre si, com as organizações da sociedade civil e com o Estado.

Talvez, o maior ganho, segundo as mães trabalhadoras, seja a amizade que têm umas com as outras, o que revela a importância do afeto para a manutenção de relações solidárias, a cooperação, a autogestão, a igualdade e a democracia como pilares da economia solidária.

REFERÊNCIAS

- ABFE – Associação Beneficente das Famílias Especiais, (2011) Estatuto Social, Sobral.
- Alencar, E. (2009). *Metodologia de pesquisa*. Lavras: UFLA.
- Ballesteros C., Del Rio, E. (2005). *A auditoria social e a economia solidária*. Trad La auditoría social y La economía solidaria. Fortaleza: CETRA.
- Brasil (2008) Capacitação para Implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e do Programa Bolsa Família – PBF / Cood. Geral: Tereza Cristina Barwick Baratta. Rio de Janeiro: IBAM/Unicarioca; Brasília: MDS.
- Carretta, R. Y. D., (2005). *Empresa social e economia solidária: perspectivas no campo da inserção laboral de portadores de transtorno mental* (Tese de doutorado). Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR, São Carlos, SP, Brasil.
- Freire, P. (2006). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Garcia, R. M. (1981) Os requisitos de um programa de treinamento de cooperativas. *Revista de Administração de Empresas*, 21(1), 39-45.
- Ghirardi, M. I. G. (2004) Trabalho e deficiência: as cooperativas como estratégia de inclusão social. *Rev. Ter. Ocup. Univ.* 15(2), 49-54. doi: 10.11606/issn.2238-6149.v15i2p49-54
- Lussi, I. A. O., Pereira, M. A. O. (2011). Empresa social e economia solidária: perspectivas no campo da inserção laboral de portadores de transtorno mental. *Rev Esc Enferm USP*, 45(2), 515-521. doi: 10.1590/S0080-62342011000200030
- Marx K., Engels, F. (1998). *Manifesto do Partido Comunista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Motta, F. C. P. (1984). Administração e participação: reflexões para a educação. *Revista de Educação da Faculdade de Educação*, 10 (2), 199-207.
- Oliveira, A. A. (2004). Significado e inferências sobre a economia solidária a partir do quadro empírico do Ceará. In L. I. Gaiger (Org.). *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS.
- Singer, P. (2002). *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Vergara, S. C. (2005). *Métodos de Pesquisa em Administração*. São Paulo: Atlas.